

Viagens ao Centro da Terra ou O mundo Visto do Lado de cá: questões de teoria e posicionalidade na pesquisa geográfica

Journeys to the Center of the Earth or The World Seen From Here:
questions of theory and positionality in geographical research

Patrício Pereira Alves de Sousa

Universidade Federal do Rio de Janeiro
patricioalves@yahoo.com.br

Resumo

O ensaio problematiza as possibilidades de adoção da viagem como um parâmetro teórico-metodológico para construção de pesquisas geográficas que se guiam por caminhos dialógicos e que concebem o conhecimento acadêmico como relacional e posicionado. A argumentação proposta compreende que a noção de viagem qualifica os posicionamentos de sujeito e permite o descentramento do olhar exclusivamente positivista nas relações de alteridade que se configuram nas pesquisas acadêmicas junto aos grupos culturais. A reflexão chama atenção para o necessário debate sobre as maneiras de se abordar as construções espaço-culturais dos diversos agrupamentos e sujeitos sociais.

Palavras chave: Viagem; Teoria em Geografia; Metodologia de Pesquisa; Posicionalidade; Alteridade.

Abstract

This essay discusses the possibility of adopting travel as a theoretical and methodological parameter for theorizing in Geography, guided by dialogical ways and considering the academic knowledge as relational and positioned. It is argued that the notion of travel positions the subject and allows the decentralization of the positivistic view that has characterized academic research within cultural groups. This reflection draws attention to the necessary debate about the ways to approach the spatio-cultural constructions of various groups and social subjects.

Keywords: Travel; Theory in Geography; Research Methodology; Positionality; Otherness.



Ponto de Partida

Poucas noções de natureza espacial possuem tanta utilização e emprego como a ideia de 'centro'. Nas mais diversas esferas da vida social, 'centro' é adotado como uma noção que expressa o fundamento ou elementaridade de um objeto ou processo. A cabeça é o 'centro' da razão; o da emoção, o coração. O termo aparece em inúmeras ciências como conceito de relevância. Lugares centrais para a Geografia, centros financeiros para a Economia, centros de poder para a Ciência Política. Muitos seriam os outros exemplos que atestam a 'centralização' e o 'centramento' como metáforas de grande valor para a modernidade, são inúmeros os centrismos: antropocentrismo, etnocentrismo e eurocentrismo, para citar apenas alguns.

Provavelmente por esta noção ter ocupado posições de tanto privilégio dentro do contexto moderno, o 'descentramento' tem sido uma das metáforas espaciais de maior significância para os debates de orientação pós-moderna e pós-colonial. O 'descentramento', como uma subversão ao princípio cartesiano de fixação do sujeito sobre eixos sempre estáveis, previsíveis e constatáveis, tem sido a imagem espacial que mais apropriadamente revela a condição do sujeito na modernidade tardia. O sujeito pós-colonial¹ experiencia o centro fora do centro. O controle panóptico² ao sujeito parece ser substituído pela liberdade permitida pelo Aleph de Borges (1986[1949]). Os sujeitos descobrem uma nova possibilidade de se situarem. O Aleph, ponto no espaço que faz convergir todos os lugares do mundo num mesmo ponto e através do qual o observador, numa atitude *voyeurista*, pode enxergar toda a simultaneidade de vidas e acontecimentos que constituem o universo, faz sucumbir a noção geométrica de centro como ponto fixo que ocupa a posição nuclear das relações.

Para sujeitos pós-coloniais, 'centro' só poderia ser uma noção que tivesse como conotação o 'descentramento'.

A ideia acima esboçada encontra eco na expressão narrativa de abertura ao documentário *Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá*, de Silvio Tandler (2006), que sugere que “descolonizar é olhar o mundo com os próprios olhos. Pensá-lo de um ponto de vista próprio. O centro do mundo está em todo lugar. O mundo é o que se vê de onde se está”. Aproximando essa ideia aos fundamentos dos estudos pós-coloniais, podemos argumentar que problematizar os lugares privilegiados de produção de verdades, ocupados por sujeitos e grupos sociais hegemônicos, permite inaugurarmos novas geometrias de poder ao questionarmos a perspectiva única de construção de discursos válidos para a vida social. 'Descentrar', dessa maneira, passa a ser uma atitude política de possibilitar outros eixos de construção de narrativas sobre a realidade.

Este ensaio tece considerações nesse rumo. As questões aqui problematizadas se constituem em desdobramentos das reflexões teórico-metodológicas que desenvolvi em minha dissertação de mestrado, onde tratei da produção e qualificação de espacialidades a partir dos tensionamentos étnico-raciais e de gênero em contextos festivos³. As ponderações baseiam-se na problematização das orientações teórico-metodológicas que me permitiram, na referida dissertação, abordar de maneira dialógica e participativa as negras geografias que sujeitos festejantes em grupos de Congado instituem no estado de Minas Gerais.

A aproximação a instrumentais e posturas de pesquisa que usualmente não fazem parte do universo dos aportes teórico-metodológicos de geógrafos e geógrafas, tornou-se forçosa para mim a partir da percepção desenvolvida no decorrer da

investigação da insuficiência de tratar objetivamente fatos que demandavam posicionamentos meus. A viagem, como possibilidade de encontro e por vezes de tensionamentos com outros sujeitos, se insinuou como um caminho pertinente para o desenvolvimento da pesquisa. Meu interesse em construir reflexões sobre a viagem como aspecto teórico-metodológico da pesquisa esteve baseado, pois, no debate sobre a necessidade de problematizar as estratégias de posicionamento de sujeito que assumi como pesquisador ao entrar em contato com o que chamei de negras geografias mineiras. Estabelecendo essa reflexão procurei realizar, de forma mais consequente e consciente, exercícios de abandono de determinados referenciais a partir dos quais fui formado como pesquisador e ser no mundo, dentro de uma estrutura de ciência e de vida fortemente moldada por lógicas e interesses da 'branquitude', do machismo e, certamente, também da colonialidade. Busquei, portanto, a partir dessas viagens, deslocar, de algum modo, certos 'centros da terra' e me aproximar de algumas antípodas ainda relativamente pouco exploradas na reflexão geográfica. É essa possibilidade de utilização da viagem como viés teórico-metodológico, que qualifica os posicionamentos de sujeito e permite o 'descentramento' do olhar exclusivamente positivista sobre os sujeitos pesquisados e coautores de nossas pesquisas, que busco explorar nesta reflexão.

Neste sentido, o ensaio busca se alinhar com os debates de posicionalidade, situacionalidade e reflexividade empreendidos pelas Geografias Feministas. Essa opção de perspectiva se justifica pela compreensão, em consonância com o entendimento de Pamela Moss (2002), de que a Geografia como disciplina acadêmica tem privilegiado historicamente uma posição masculina de sujeito produtor do conhecimento, o que tem implicado nos tipos

de metodologia, epistemologia e resultados de pesquisa em torno do espaço geográfico, bem como na eleição dos temas privilegiados em sua análise. Essas posições masculinas de sujeito têm, dentre outros efeitos, criado binarismos e hierarquias responsáveis por deslegitimar na ciência geográfica o feminino em relação ao masculino, a natureza em detrimento da cultura, bem como o sujeito em oposição ao objeto. Concebo também, ainda sob inspiração das ideias de Moss, que este ensaio permite que importantes questões sobre a pesquisa científica sejam problematizadas a partir das críticas epistemológicas das Geografias Feministas. Essas questões estão relacionadas à discussão sobre as escalas de análise na pesquisa geográfica, as questões analíticas emergentes sobre o envolvimento entre pesquisador/as e pesquisados/as e a escolha dos tipos de metodologia para coleta, interpretação e divulgação de dados. O ensaio busca, dessa maneira, criar argumentos que se somam aos esforços das Geografias Feministas para discutir e redimensionar algumas práticas que estruturam a produção do conhecimento geográfico.

Revisitando o percurso: da necessidade de crítica ao sentido moderno da viagem

A argumentação que proponho começará a partir de indagações sobre o significado contemporâneo das viagens. Nessa tarefa, temos, necessariamente, que buscar compreender a acepção moderna de viagem, que inaugurou muitos dos sentidos, e também das formas, através das quais olhamos para o 'outro' numa sociedade que desde a expansão marítimo-comercial europeia se pretende como de dimensões globais.

Num mundo tão grande e diverso como o inaugurado com as Grandes Navegações, as narrativas de viagem e a escrita sobre o 'outro' se tornaram uma maneira dos

indivíduos, que estavam no 'centro' do planeta, entrar em contato com aquelas mil vidas que poderiam ter vivido, mas que por incidentes de nascimento não tiveram acesso, como ressalta Laraia (2003) ao comentar as reflexões do antropólogo estadunidense Clifford Geertz. Nessas empreitadas de viagens, diversas versões sobre o 'estrangeiro' foram produzidas, a maioria das quais passaram pela desqualificação do diferente para que houvesse a instauração de um 'nós', coerente e superior, por parte daqueles que detinham a cultura letrada e a 'ciência sensata' como instrumentos para tipificar o 'outro'.

Oswaldo Bueno Amorim Filho (2008), ao problematizar as literaturas de exploração e aventura no século XIX, lembra-nos que os sentidos modernos da viagem, de base europeia, estiveram fortemente imbricados a projetos imperialistas e colonialistas desde o século XVI. A literatura resultante dessas viagens esteve, pois, profundamente envolvida na construção de uma imagem exótica dos povos que supostamente não participavam dos mesmos estágios de desenvolvimento e progresso que as populações civilizadas.

Foi nesse mesmo contexto de produção das grandes narrativas sobre as viagens ao mundo desconhecido, em que expoentes da construção da diferença ganharam notoriedade⁴, que um dos conceitos fundamentais das ciências humanas se forjou. Como ressalta Marshall Sahlins (1997a), o conceito antropológico de cultura emergiu em meio a um contexto histórico em que alguns dos crimes mais bárbaros da história moderna se estabeleciam. Em função disso, esse conceito foi e tem sido tomado, por muitos teóricos e teóricas, como um instrumento responsável por demarcar diferenças de forma hierárquica, distinguindo povos em desiguais categorias de raça e classe, ao produzir diferenças que colocam em situação de inferioridade povos colonizados e em

situação de exploração e subordinação. A estabilização da diferença e a justificação da desigualdade fixadas na literatura de viagem e exploração criaram, dessa maneira, tipologias de exóticos que ainda no início do século XXI são amplamente difundidas, justificando bases para um olhar colonizador e racista para as diversas sociedades de um mundo que incessantemente busca ser estabelecido como ocidental.

Cientes dos sentidos perversos que as viagens enquanto literatura podem ter criado como fundamento de alteridade, torna-se fundamental que indagemos sobre a validade desse instrumento de conhecimento do 'outro' para produção de uma ciência que buscamos – alguns - constituir como antirracista, antissexista, anticolonialista e antiessencialista. Como ressalta Lilia Schwarcz (2001), criticamos tão avidamente os viajantes do passado por seus modelos comedidos, religiosos, eurocentrados, racionalistas e assépticos de ciência, mas caberia também indagarmos-nos: quais os preconceitos e interesses que ainda carregamos ao irmos ao encontro do 'outro' para produzir discursos sobre 'ele'? Nos nossos intercâmbios contemporâneos, de qual olhar de pureza, isenção e assepsia estaríamos imbuídos? Não estaríamos, como ressalta Joan Scott (1999), buscando escrever uma história do 'outro' a partir de normas pressupostas e prescritivas? Não estaríamos também, nesses nossos supostos atos de benevolência sob a prerrogativa de darmos visibilidade a sujeitos subalternos, acabando por estabilizar culturas e por criar classes de sujeitos, como nos alerta Sahlins (1997ab)? Pior, não estaríamos acabando por transformar nossas pesquisas, no seio de uma Universidade de valores decadentes e individualistas, em verdadeiros safaris científicos em busca de troféus exóticos para nos vangloriarmos diante das modernas sociedades científicas, como problematiza

Lévi-Strauss (1955)? Estas são perguntas fundamentais quando admitimos a viagem como possibilidade de acesso ao 'outro', ainda que suas respostas possam causar sérios constrangimentos a pesquisadores e pesquisadoras e impeli-los ao 'pessimismo sentimental', nos dizeres de Sahlins (1997ab), que nos dias de hoje assola fortemente grande parte das ciências humanas e sociais.

Obviamente o que motiva a elaboração da reflexão ora apresentada é a crença na possibilidade de que as viagens possam contribuir para a emergência de novas formas de aproximação aos diversos grupos e sujeitos que constituem as espacialidades humanas. Esse desejo de estabelecer contato com as outras racionalidades e emotividades presentes no mundo de que fazemos parte é o que justifica que nos mantenhamos entusiastas da ciência como possibilidade de libertação, o que nos faz acreditar, como Sahlins, que poucas razões existem para que sustentemos um 'pessimismo sentimental' que somente atesta o inevitável fim da diversidade cultural sob um regime capitalista de produção material e cultural. Embora os florescimentos culturais, as intensificações dos contatos contemporâneos e a emergência de novos sentidos para a ciência ainda não cheguem a prefigurar motivos para um 'otimismo sentimental' em relação a alteridade presente no fazer científico, há razões para que mantenhamos-nos engajados na construção de outros fazeres científicos possíveis.

Refazendo caminhos: a viagem como teoria e como metodologia

Admitir a viabilidade de construção de um sentido de alteridade avesso àquele trazido pela acepção de viagem exposta acima, nos permite pensar o significado da viagem para além do simplismo contido nos relatos de

viajantes, que hoje alimentam o mercado editorial dos livros de fotografias, e das narrativas superficiais, que buscam entreter nossa entediada sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1955). Podemos considerar, dessa maneira, a possibilidade de utilizar a viagem como recurso metodológico e como estratégia para posicionamentos de sujeito em atividades de pesquisa, ao realizarmos exercícios de criação de valores testemunhais e de interpretação densa das realidades com as quais entramos em contato em nossas investigações acadêmicas. Mais do que catalogar exóticos podemos, então, a partir das viagens, descrever criticamente os intercâmbios tensos e fecundantes dos 'nossos' sistemas de valores, que de algum modo são imbuídos das racionalidades de uma sociedade científica da qual fazemos parte, com as visões de mundo dos sujeitos sociais portadores de outro(s) sistema(s) de valores, presentes, por exemplo, nos saberes tradicionais e na cultura popular. Minha intenção ao problematizar a viagem é, portanto, a de considerar as possibilidades de produzir narrativas acadêmicas para além do entretenimento, o que necessariamente perpassa por refletir sobre a construção de informações científicas com densidade e que sejam orientadas pela criticidade presente nos posicionamentos de sujeito durante o processo da pesquisa.

Neste sentido, duas situações são possíveis, a meu ver, em que a viagem pode atuar como elemento constituidor de uma pesquisa. Essas possibilidades ficam nítidas, para mim, quando penso em duas imagens literárias de grande relevância para a noção de viagem. A primeira dessas imagens está contida no livro *Viagem ao Centro da Terra*, de Julio Verne (1994[1864]). Como aponta Oswaldo Bueno Amorim Filho (2008), essa obra se caracteriza como um romance de caráter geográfico de exploração e de aventura, a partir do qual se busca conduzir o

leitor, através de descrições minuciosas do ambiente físico, a um ambiente exótico e insólito de uma geografia ora calcada na realidade, ora nas aventuras imaginativas do autor. Prosseguindo nessa elucidação de Amorim Filho, podemos sugerir que há também na referida obra de Verne a construção de uma narrativa que busca colocar no centro da estória a figura de um cientista ávido pelo descobrimento da realidade que, embora ainda não conhecida, já está constituída e a espera do olhar perspicaz do pesquisador. Nesse sentido, *Viagem ao Centro da Terra* é uma narrativa que sintetiza apropriadamente as bases fundamentais da ciência positivista, onde a relação entre 'objeto' e 'pesquisador' se estabelece pelo binarismo 'realidade posta' e 'capacidade cognitiva'. A viagem, nessa ótica, é o ato de observar o mundo como espectador. O centro da terra buscado por esse viajante só pode ser um núcleo duro, como de fato é o centro da terra. Vale ressaltar, entretanto, que, num sentido metafórico, a dureza do observado pode não estar contida no material que constitui o objeto observado, mas no olhar daquele que dá significado ao que é visto.

A outra imagem literária possível pode ser conhecida a partir do poema *O Homem*; as Viagens, de Carlos Drummond de Andrade (1992). Na *poiesis* do autor somos conduzidos a indagar os sentidos do conhecimento do ambiente físico a partir de uma ciência que ainda não se tornou capaz de conhecer apropriadamente nem aquele 'objeto' que lhe é mais próximo e aberto para o conhecimento: o próprio ser humano. Na perspicaz e bela proposição do poeta, o mais importante dos conhecimentos para o ser humano estaria 'disponível' a partir de uma metodologia conhecida intimamente por todos nós: o da convivência. Com o referido poema, Drummond nos leva a indagar sobre o verdadeiro centro da terra a ser

'desvendado', passível de ser descoberto nas 'próprias inexploradas entranhas' do próprio ser humano. Neste sentido, a viagem jamais é tomada como a possibilidade de acesso a um exterior, mas como uma visita àquilo de nós que está presente no mundo. Esse tipo de pensamento conduz-nos a refletir que o significado mais profundo da viagem não é o de levar o viajante a lugares estranhos, mas de tornar o viajante estranho a si próprio.

Argumento, neste ensaio, favoravelmente a este último sentido de viagem. É nele que enxergo a possibilidade de considerar a viagem como instrumental teórico e metodológico e como estratégia de posicionamento de sujeitos nas atividades de pesquisa. Dessa maneira, em consonância com a reflexão da pesquisadora Lilia Schwarcz (2001), entendo que viajar se constitui numa ação mais complexa do que o simples sair de casa. Tal como a autora, concebo que nem todas as pessoas viajam. Percorrer distâncias não seria suficiente para designar o denso sentido da viagem. Viajar é estar disposto a se colocar numa situação de liminaridade em que transformarmo-nos em estrangeiros, em que nos perdermos por lugares situados em espaços aos quais não estamos estabelecidos como membros dos grupos. Onde podemos, sobretudo, ter a possibilidade de nos afastarmos - ao mesmo tempo em que nos implicamos - àquilo que entramos em contato, tendo impressões e aventurando-nos por interpretações. Schwarcz revela muito apropriadamente a situação possibilitada pelas viagens:

Na verdade, as viagens nunca transladam o viajante a um meio completamente estranho, nunca o atiram em plena e adversa exterioridade. Alteram e diferenciam seu próprio mundo, tornando-o estranho a si próprio. O estranhamento da viagem não é,

assim, relativo ao 'outro', mas sempre ao próprio viajante, que se dá conta da própria relação de alteridade. Como diz Rousseau, ao conhecer o outro, só chegamos a nós mesmos; nesse movimento que não se fecha em si; mas só faz alargar (SCHWARCZ, 2001, p. 616).

As ideias do historiador estadunidense James Clifford (1989) também se constituem em importante fonte de reflexões que nos permite avançar nas considerações em torno da viagem como teoria e como metodologia. Para o autor há grandes proximidades entre os significados das noções de teoria e viagem que permitem que possamos conceber, de fato, a viagem como uma atividade adequada para indagações intelectuais em termos teórico-metodológicos. De acordo com Clifford, o ato de teorizar carrega em si um sentido de viajar, uma vez que, por definição, a teoria é um produto de deslocamentos, estabelecido pelo exercício de comparação entre realidades e pela aproximação de contextos que, embora discrepantes, estabelecem entre si conexões históricas e espaciais. Como sugere o autor, a teoria é um convite a sair de casa, um chamamento a abandonar por certos períodos os contextos locais e circunstanciais onde estamos estabelecidos. A raiz grega da palavra teoria, o termo *theorein*, designa justamente a prática de viagem e observação, atividade na qual um homem era enviado pela *polis* a outra cidade para assistir a um cerimonial religioso. Dessa maneira, para além do sentido metafórico, teoria e viagem interceptam-se enquanto significados, os termos utilizados em conjunto designam uma situação de localização e deslocamentos. Viagens e teorias figuram-se, neste sentido, como um conjunto de práticas que expressam habitação e translocamentos, apontando sobre trajetórias e identidades.

Numa reflexão semelhante, em outro texto, Clifford (2000) reclama a necessidade de adoção da viagem a partir de sua utilização como uma prática que pode fornecer interessantes parâmetros para abordagem das vidas e espacialidades daqueles que consideramos como sendo 'outros' e 'outras' em relação a 'nós'. Para além dos sentidos europeu, literário, masculino, burguês, científico, heroico e recreativo com que a viagem foi dotada a partir do processo de ocidentalização do mundo, há outros sentidos que podemos atribuir ao seu significado, como de exploração, pesquisa, fuga e encontro transformador. Essa ressignificação das viagens pode ocorrer, de acordo com o autor, na medida em que questionamos para quem a viagem, enquanto instrumento de produção de discurso sobre 'outros', foi possível. Reflexões desse tipo possibilitam pensar, na viagem e na teoria, os exercícios de posicionamentos de sujeito e de construção de um eu (self) viajante que em nossas pesquisas realizamos.

Nesse caminho, é importante frisar, inicialmente, em concordância com Clifford (2000), que há um tenso e poderoso jogo de poder que define 'uma' classe de pessoas como viajante e teórica, e 'outra', como nativa. Fica estabelecido aí, já de antemão, que, nos contatos possibilitados pela ciência, 'uma' categoria de pessoas tem o poder de lançar explicações sobre 'outra' classe de pessoas: aquelas limitadas a âmbitos locais.

A questão do colonialismo e da colonialidade é a questão fundamental que marca esta diferenciação existente entre teóricos/as e teorizados/as, entre viajantes e nativos/as. Mesmo em contextos que consideramos como lugares de desconstrução das reiterações do lugar de subalternos/as, acabamos por encontrar formas de representação do/da outro/outra que reiteram formas de opressão. Aihwa Ong (1988), por

exemplo, estabelece uma relevante crítica de como o feminismo tecido por mulheres brancas acabou por subjugar outros sujeitos a partir da bandeira de libertação 'da mulher'. Essa autora denuncia como o olhar das teóricas feministas dos Estados Unidos e da Europa se fundou a partir de uma postura colonialista, erigindo um discurso sobre mulheres não-ocidentais a partir de parâmetros calcados fundamentalmente no racionalismo e no individualismo - princípios básicos da concepção de sociedade lançada pela ideologia hegemônica do Ocidente. Ong sugere que feministas brancas e ocidentais assumiram uma postura de se autovalorizarem em relação a mulheres não-ocidentais. A crítica da autora é a de que embora as feministas brancas reiviniquem um passado comum para todas as mulheres do mundo que justifique uma luta coletiva para sua libertação, as mulheres do 'Terceiro Mundo' e as consideradas não-ocidentais são representadas, na maioria das vezes, pelas feministas dos países centrais como estando fixadas num mundo tradicionalista e de concepções atrasadas. Essas mulheres não-ocidentais ou terceiro mundistas foram/são, geralmente, tomadas como não passíveis de alcançar a modernidade, enquanto as feministas ocidentais já vivem as liberdades possibilitadas pelo pós-modernismo que construíram.

Para uma reinscrição da viagem em termos teórico-metodológicos é necessário considerar, pois, baseando-nos em Clifford (2000), que é viajante quem possui a segurança e o privilégio de poder se deslocar de forma relativamente livre. Esse tipo de apontamento necessita ser realizado para que explicitemos que, no sentido moderno de viagem e de produção de discursos sobre o 'outro', 'um' grupo de humanos estabeleceu para 'outras' coletividades sociais as limitações de sua humanidade. Não é possível, portanto, a partir dessa ideia,

confundir o sentido moderno de viagem com as ações de migração forçada, de diáspora e exílio. Enquanto esse primeiro tipo de deslocamento foi realizado por aqueles sujeitos que detinham uma série de privilégios, dentre os quais produzir discursivamente os sentidos da humanidade dos 'outros', o restante dos tipos de deslocamento apontados foi realizado por ou sobre sujeitos supostamente não portadores, ou portadores em menor grau, dos caracteres de humanidade. Nesse ponto de vista, há grandes diferenças entre aqueles sujeitos que são cosmopolitas e aqueles que são desterritorializados.

As proposições acima efetuadas ficam melhor explicitadas quando empreendemos uma reflexão sobre como gênero e raça são elementos determinantes na questão das viagens. Clifford (2000) chama atenção para o fato de que poucas foram as mulheres que conseguiram se constituir enquanto viajantes capazes de estabelecer discursos que fossem influentes para a constituição da imagem dos estrangeiros sobre os quais elas escreviam ou tipificavam. A respeito da questão Clifford sugere o seguinte:

'Damas' viajantes (burguesas, brancas) são incomuns, marcadas como especiarias nos discursos e práticas dominantes. Embora pesquisas recentes mostrem que havia mais delas do que antes se reconhecia, as mulheres viajantes eram forçadas a se conformar, mascarar ou rebelar discretamente no interior de um conjunto de definições e experiências normativamente masculinas. [...] formas de deslocamento, intimamente associadas à vida das mulheres, não contam como 'viagem' de fato? (CLIFFORD, 2000, p. 64).

Kamala Visweswaran (1988), ao refletir sobre a constituição de etnografias de caráter feminista, traz elementos que corroboram com as proposições de Clifford (2000) sobre o caráter masculinista, branco e burguês que historicamente constituiu o sentido moderno de viagem. Como assinala Visweswaran, alguns elementos canonizados na etnografia clássica fizeram com que os escritos etnográficos de homens e as escritas masculinas possuíssem maior relevância e quantidade de citações dentro de outros clássicos da etnografia. Enquanto isso, as etnografias elaboradas por mulheres, muitas das quais configurando escritas femininas, ficaram taxadas como sendo algo de caráter eminentemente subjetivo e dotado de emocionalidades. Isso se torna problemático, como argumenta bell hooks (2008, p. 863), sobretudo porque vivemos num contexto científico racionalista “[...] que quer que acreditemos que não há dignidade na experiência da paixão, que sentir profundamente é ser inferior; pois dentro do dualismo do pensamento metafísico ocidental, ideias são sempre mais importantes que a linguagem”.⁵

Além da questão da recepção dos textos escritos por mulheres, Visweswaran (1988) chama atenção para o fato de que etnógrafas, portanto mulheres viajantes, são muito mais confrontadas sobre a decisão de percorrer o mundo para conhecimento do outro. Barreiras para a circulação das mulheres por sistemas de valores aos quais elas não estão estabelecidas são colocadas em voga muito comumente. Pouco se questiona sobre as tensões e conflitos que surgem a partir da entrada de homens em sistemas de valores estranhos à sua sociedade. Pensemos, a título de exemplo, na questão da honra que o machismo ocidental impôs para mulheres. Torna-se muito mais complicada a circulação de mulheres entre homens do que de homens entre mulheres em questões de viagem e de

pesquisa. Na mesma medida, a produção de discursos pelas mulheres sobre o mundo masculino sempre foi acompanhada de mais constrangimentos e, eu diria, até de coações, do que a produção de discursos dos homens sobre mulheres e sobre aquilo que se construiu como sendo feminino. Mais do que o sexo, gênero é, portanto, uma questão que marca as possibilidades de tornar-se viajante e, por que não, teórico/a. Por tudo isso, escritas de mulheres sobre o 'outro', mesmo as escritas de mulheres brancas e burguesas, foram marginalizadas e mesmo descartadas dentro da ciência ocidental moderna.

A raça foi outro elemento que atuou fortemente na construção do sentido moderno de viagem. Como aponta Clifford (2000, p. 66): “[...] no discurso de viagem dominante, alguém que não seja branco não pode figurar como explorador heroico, intérprete estético ou autoridade científica”. A posição de não-brancos em deslocamento pelos espaços do planeta foi repetidamente, durante o processo de ocidentalização do mundo, a de migrantes forçados, pessoas em diáspora ou como criados dos colonizadores. Na literatura de viagem e no processo de produção de discursos sobre outras populações do mundo ou sobre si mesmos, africanos/as, indígenas e asiáticos/as não chegaram a atingir o status nem de 'viajantes', nem de teóricos e, em grande parte das vezes, nem de humanos.

Apesar desse constrangimento à viagem que sofreu um grande número de sujeitos e coletividades, é necessário lembrar que há um grande contingente de pessoas que mesmo pertencendo a grupos e classes subalternizadas empreenderam atividades de viagem ou conseguiram ressignificar alguns de seus deslocamentos como experiências de viagem. Seria ingenuidade pensar que diversas coletividades humanas, ao se deslocarem pelo planeta, não produziram com densidade sistemas de valores que permitissem que esses grupos subalternos

criassem concepções sobre outros povos. O que se configura, entretanto, é que mesmo que em situação de viagem, (“[...] adquirindo conhecimentos complexos, histórias, compreensões políticas e interculturais”, como ressalta Clifford (2000, p. 66)), a forma de organização desta experiência de deslocamento não se estabeleceu como um meio hegemônico de produção do conhecimento sobre o 'outro', como foi o caso da literatura de viagem ou dos relatos etnográficos validados pela ciência ocidental. Cartas, livros, história oral e músicas são poderosos instrumentos para organização da experiência de viagens de uma série de sujeitos que não detiveram os mesmos meios de divulgação de suas impressões sobre o mundo que os viajantes e cientistas modernos. Vale lembrar que é muito recente por parte das ciências sociais o interesse em trabalhar com meios não oficiais de produção da História da humanidade. Da mesma forma, vale ressaltar, que mesmo hoje o trabalho com essas fontes é questionado por parte de uma série de cientistas renomados que detêm o poder de definição das fontes e metodologias validadas para pesquisas.

Como podemos perceber a noção de viagem, como instrumento para produção de discursos sobre os sujeitos sociais e suas espacialidades, é portadora de grandes instabilidades por todo o caráter colonialista ocidental que ela carrega. Entretanto, como já apontado, considero que vale a pena continuar a tecer críticas à noção de viagem para que posteriormente possamos utilizá-la de maneira ressignificada, insistindo na possibilidade de sua apropriação como elemento teórico e metodológico constituidor de nossas pesquisas.

Errâncias e flanagens: notas sobre localização, posicionalidade e implicação na pesquisa geográfica

Até este momento do ensaio, realizei ponderações em sintonia com a condição de viajante em que me coloquei durante a realização de minha pesquisa de mestrado. Para avançar nas reflexões sobre a noção de viagem torna-se necessário que consideremos ainda que as culturas, assim como o/a etnogeógrafo/a e o/a etnógrafo/a, também são viajantes. Novamente é Clifford (2000) que nos alerta para essa questão. Como assinala o autor, os sistemas culturais dos grupos sociais são balizados tanto a partir de relações internas quanto dos deslocamentos culturais que são instituídos a partir das relações que grupos culturais, mais ou menos coesos, estabelecem com outros grupos. Culturas, assim como sujeitos, podem, dessa maneira, ser tomadas como viagens e como lugares 'atravessados'. É importante considerar, em função do exposto, que assim como eu, os grupos de Congado com os quais entrei em contato durante a investigação também se encontram em situação de viagem.

Clifford (2000, p. 53) chama atenção para o interessante fato de que “as pessoas estudadas pelos antropólogos raramente são caseiras”. Algumas delas, “[...] pelo menos, foram viajantes: trabalhadores, peregrinos, exploradores, convertidos religiosos ou outros tradicionais ‘especialistas da longa distância’”. É importante considerar, pois, que grande parte dos informantes que constituem nossas pesquisas também podem ser viajantes, migrantes, exilados ou pessoas em diáspora. Este tipo de consideração é relevante para que consigamos avançar na difícil tarefa de problematizar as fronteiras e os limites que caracterizam os alcances de um lugar, grupo ou comunidade.

No processo de pesquisa junto a coletividades culturais inevitavelmente nos deparamos com a necessidade de estabelecer contornos para o problema teórico que construímos. Repetidamente durante a pesquisa somos demandados a responder

sobre o recorte que fazemos da realidade, sob a prerrogativa de que precisamos estabelecer um objeto de pesquisa que seja controlável por nossas metodologias e que seja passível de apreensão no tempo disponível para realização do estudo. Uma dificuldade que se coloca nesse ponto é a de pensar que muitos dos grupos culturais e dos lugares que elegemos para realização de nossas pesquisas podem não serem passíveis de recortes. Quando trabalhamos com essa noção de 'culturas viajantes' temos, pois, que considerar que o máximo que conseguimos fazer em termos de pesquisa é criar uma abstração a partir da qual discutimos um problema teórico. A única possibilidade para alcançar essa realidade ideal é, talvez, ter tranquilidade para conceber que, em última instância, quem define os limites de um grupo cultural somos nós pesquisadores/as, tentando alcançar as pistas que revelem onde se localizam as tensões e fronteiras desses grupos culturais com outros sistemas de valores. A questão é, porém, que ao falarmos da dinâmica de um grupo cultural estaremos sempre, conscientemente ou não, deixando de analisar algumas 'variáveis' que certamente agem sobre a dinâmica cultural e socioespacial desse grupo, mas que por limitações da própria ciência não poderemos naquele momento considerar.

bell hooks tece interessantes considerações sobre essa temática e nos auxilia na problematização dessa ideia. A primeira das contribuições da autora é elaborada num texto que surge como uma espécie de crítica teórica ao filme *Paris is burning*, dirigido por Jennie Livingston (1992), onde esta diretora constrói uma narrativa documental sobre bailes de gays negros na Nova Iorque da década de 1980. hooks (1992), nesse texto, problematiza sobre as tentativas autorais, filmicas ou não, de pessoas que ao criarem narrativas sobre a vida de outras pessoas acabam por

determinar um ponto central para a vida dessas outras pessoas. No caso do filme analisado, hooks denuncia como Livingston arbitrariamente acaba por criar uma realidade fantasiosa que leva os espectadores de seu filme a imaginarem que os bailes gays são, para os negros e negras participantes do filme, o ponto central de suas vidas, como se para além do baile não houvesse uma dura realidade onde eles constituem sua condição de sujeitos desviantes a uma norma heterossexual preestabelecida e punitiva. Entrando em contato com as análises de hooks, tornou-se impossível que em algum momento da pesquisa eu não refletisse sobre a maneira arbitrária como eu também poderia ter acabado por criar uma realidade fantasiosa que estabelece o Congado como o ponto fundamental da vida dos sujeitos que pesquisei. Obviamente, baseei minhas análises em discursos e práticas que acabaram por me revelar que os festejos do Congado de fato são de extrema significância para as pessoas que o vivem nos contextos que estudei. De qualquer forma, tornou-se importante que eu me questionasse no desenrolar de minha pesquisa sobre quem de fato determina o Congado como sendo o ponto central da vida dos congadeiros e das congadeiras: eu, ou os próprios integrantes do Congado? A ciência ou os próprios grupos culturais? Minha pesquisa teria os mesmos contornos ou até resultados caso tivesse sido realizada por uma mulher negra que se constituiu como sujeito em condições de vida diferentes daquelas que tive?

Essas perguntas são importantes de serem elaboradas e discutidas para que possamos apontar que nas práticas de pesquisa é fundamental que deixemos explicitados os posicionamentos que acabamos por tomar. Como ressalta Clifford (2000), toda pesquisa possui interesses e, em função disso, estratégias de localização em seu desenvolvimento são inevitáveis. Para

pesquisas que se propõem críticas precisamos, então, estabelecer quais são nossos posicionamentos e, ainda mais relevante, quais são os processos sociais que construíram os posicionamentos que fazem com que possamos estar olhando para a realidade que analisamos de maneira colonialista e hierarquizante.

Retornando a contribuição de hooks (2008), desta vez em outros escritos, podemos sugerir que um caminho interessante para constituir nossas pesquisas e análises teóricas pode ser o de abandonar o imperativo do olhar totalizante para a realidade. Sugere a autora que uma forma possível de se conhecer as realidades culturais e sociais da humanidade pode se dar a partir de sua tomada em fragmentos, sem a necessidade de criação de narrativas totalizantes que, na maioria das vezes, se formulam de maneira arbitrária e totalitarista. Em concordância a essas ideias, o Comitê Editorial (1989) do volume *Traveling Theories: Traveling Theorists* do periódico *Inscriptions* aponta que os conceitos de localização e posicionamento são estratégias de colocação perante a pesquisa que buscam atuar contra o perigo da totalização e da tomada do mundo a partir de um olhar ocidental. Que “os impasses da teoria muitas vezes se apresentam como problemas de localização, com o termo ‘localização’ implicando determinantes espaço-temporais, políticos e epistemológicos” (EDITORIAL COMMITTEE “INSCRIPTIONS”, 1989, p. VI, tradução minha) ⁶. Um senso de implicação e complicação é, portanto, necessário aos pesquisadores e pesquisadoras para com suas pesquisas.

Trinh Minh-ha (1988) assinala que há uma deliberada intenção de uma ideologia dominante no Ocidente que busca fazer acreditar que a identidade social compõe-se a partir de um núcleo bem estabelecido e facilmente constatável. A partir dessa

identidade, estável e fixa, os sujeitos poderiam facilmente desempenhar o seu verdadeiro eu. A essência do/a negro/a, do/a indiano/a, do/a indígena e da mulher seria, nesse ponto de vista, dada a priori. Para esses sujeitos não haveria possibilidades de viver identidades diferentes daquelas que lhe foram dadas, a não ser que se estabelecessem como desviantes à norma, portanto, anormais. Minh-ha aponta que este tipo de concepção de identidade acaba sendo amplamente adotado por aquelas pessoas que hegemonicamente tecem discursos sobre a vida de outras pessoas. A partir dessa noção de identidade uma rígida linha divisória demarca o limite que institui o 'eu' e o 'não-eu'. Kamala Vieweswaran (1988), neste mesmo sentido de proposições adotado por Minh-ha (1988), chama atenção para o fato de que este par de opostos 'eu' e 'não-eu' foi amplamente utilizado pela etnografia e por outras formas de produção de discurso sobre o 'outro'. Foi necessário para aquele que produzia hegemonicamente o discurso propor uma noção de 'eu' e de 'nós' que se estabelecesse como universal. Esse 'eu' de que se travestem os viajantes e etnógrafos geralmente foi representado pelo homem branco europeu heterossexual. Esse sujeito cartesiano se constituiu para estabelecer-se como uma medida de humanidade. Variações desse sujeito foram tomadas como desviantes, como portadores de caracteres mentais e biológicos doentios ou pouco desenvolvidos, como inadequadamente humanos. Judith Butler, ao problematizar os processos de reiteração e abjeção para instituição ou negação de sujeitos, explicita apropriadamente os fundamentos destas ideias em tela:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas

por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2001[1993], p. 155).

Gayatri Spivak (2010), por sua vez, ao considerar os processos de subalternização engendrados pelo Ocidente em posturas colonialistas, aponta para a necessidade de insistirmos na tentativa de superar a noção etnocêntrica com que a ciência moderna nos dotou. A autora discute os caminhos que podem ser pensados para que a noção fixa e estável de identidade seja superada, para que a concepção divisória entre os limites do 'eu' e o 'outro' seja substituída por uma vertente em que possamos pensar a relação entre o 'eu/nós' e o 'outro' como de interdependência e não de anteposição. Com a citação abaixo, Spivak efetiva a proposta de Minh-ha (1988), que propõe que analisemos as questões de identidade e diferença em contextos pós-coloniais a partir de uma abordagem que não conceba a diferença como sinônimo de conflito e separatismo:

Por fora (mas não exatamente por completo) do circuito da divisão 'internacional' do trabalho, há pessoas cuja consciência não podemos compreender se nos isolamos em nossa benevolência ao construir um outro heterogêneo se referindo apenas ao nosso próprio lugar no espaço do Mesmo ou do Eu (*Self*) (SPIVAK, 2010, p. 70).

Se o ato de viajar implica estar situado num espaço, num tempo e em determinado lugar de hierarquias sociais, como sugere Lévi-Strauss (1955), então mais uma vez encontro elementos que ratificam a possibilidade de utilização da viagem como

instrumento teórico-metodológico. Nesta medida, a viagem pode ser tomada como uma estratégia de localização que permite que o 'outro' seja estabelecido como uma multiplicidade de possibilidades. Ancorando-me nesta postura de viagem é que busquei justificar que com minha dissertação de mestrado não pretendi falar 'sobre' ou 'por' 'outros' e 'outras'. Pretendi, antes, criar narrativas que permitissem que eu trouxesse interpretações a respeito do encontro com outras pessoas e sistemas de valores.

Sandra Azeredo (2010), ao discutir sobre como a ficção política permitida por narrativas literárias contribui na discussão sobre as questões de identidade e diferença, sugere substanciais elementos para a temática da alteridade. Propõe a autora, ancorada nas concepções cinematográficas de Eduardo Coutinho e João Moreira Salles, que o pensamento sobre a relação de alteridade pode ganhar novos e interessantes contornos quando assumimos que a questão da presença se torna fundamental em todas as relações que estabelecemos. A ideia é a de que só podemos exercer a tentativa de apreender o 'outro' quando nos fazemos presentes na relação. A tarefa de tornar-se ouvinte só poderia ser realizada quando aceitamos que para ouvir o outro necessitamos esvaziarmos de nós mesmos. E para esvaziarmos de nós é necessário que nos façamos presentes na relação. Acompanhemos a discussão da autora:

Para esvaziar-me de mim é preciso que o eu esteja ali, pois se trata de um encontro, de afetar e ser afetada pelo outro. Trata-se, no entanto, de um eu que não está pronto e que se constitui no encontro com a diferença (AZERÊDO, 2010, p. 178).

Essa fala explicita uma dos aspectos

fundamentais da questão do posicionamento: o estar e o sentir-se presente numa dada relação. No caso da pesquisa, trata-se de assumir que nela estamos presentes. Que as ideias que elegemos como fundamentais para a reflexão e a seleção de autores e autoras que nos sustentam fazem sim parte de escolhas políticas e de posicionamentos existenciais. Que as metodologias que escolhemos dizem, tanto quanto a teoria, sobre as nossas intenções científicas e estratégicas. Enfim, que somos parte da pesquisa e que por ela nos responsabilizamos e que nela nos implicamos.

Aventura por novos espaços e a descoberta de novas paisagens: a escrita do outro

Fazer uma geografia do corpo é algo mais do que gerar deslocamentos e descentramentos. Cartografar corporeidades congadeiras constitui-se, pois, em algo mais do que fazer um elogio à metáfora do movimento, da viagem como trasladação. A viagem como teoria e como metodologia na pesquisa que desenvolvi figurou, neste sentido, como uma possibilidade do 'situar-se', como um exercício de posicionamento.

Como procurei elucidar até este momento, busquei me apropriar em minha pesquisa da viagem como uma possibilidade do encontro. Na mesma medida, busquei utilizar do encontro como uma estratégia de posicionamento. Nesse sentido, a pesquisa que desenvolvi não procurou condensar uma fala sobre 'outros' sujeitos, ou simplesmente minhas impressões sobre aquilo que foi observado durante estadias em campo. O que procurei registrar na dissertação foi um relato, na medida do possível crítico, sobre o encontro entre dois, ou mais, sistemas de valores que se tensionaram e se interceptaram durante uma atividade de pesquisa científica. Um apontamento deve, entretanto, ser

realizado. Embora o processo de confecção da pesquisa tenha se estabelecido como uma atividade de encontro, a elocução de um desses sistemas de valores que se tensionaram possui o privilégio de revelar 'autorizadamente' sobre tal atividade de encontro. Sou eu, como pesquisador em uma sociedade que supervaloriza e coloca no topo hierárquico o discurso técnico-científico-informacional, que possuo os meios de divulgação validados para registrar esta experiência de encontro.

O que se configura, pois, em última instância, é que por mais que eu tenha utilizado de instrumentos para validar a pesquisa que realizei como dialógica, quem possuía o poder de anotação sobre o 'outro' era eu. Quem a sociedade científica legitima como viajante e teórico sou eu, visto como benevolente por alguns por minha disposição em ir ao encontro de sujeitos subalternos. Por consequência, este sujeito subalterno constituiu-se como o 'outro' de uma dada relação, o nativo à espera de um poder explicativo, um sujeito a ser teorizado. Nessa complexa relação instauradora de desigualdades de posições discursivas torna-se necessário, portanto, que para maior responsabilização do pesquisador que assina uma investigação uma reflexão sobre a 'escrita do outro' e o exercício de situacionalidade perante a pesquisa seja realizada.

Por mais que possa parecer, a intenção de realizar este tipo de reflexão sobre os limites da alteridade numa pesquisa científica não é a de enveredar ou conduzir este texto a um total 'niilismo científico'. O intuito é, antes, o de ir ao encontro das problematizações de Spivak (2010), quando esta pensadora reflete sobre a possibilidade de o subalterno falar e sobre as posturas ocidentais e colonialistas assumidas por nós intelectuais em nossas atividades de pesquisa e reflexão.

Spivak (2010) questiona a atitude das/os

intelectuais de buscarem se constituir como transparentes perante seus escritos e exercícios de teorização. Para a autora, a busca da/o intelectual de instaurar transparência perante suas elocuições parte justamente de um esforço 'interessado' em parecer-se 'desinteressado' em relação aos subalternos a que busca dar voz. Numa densa crítica realizada a atitudes intelectuais como as de Foucault e Deleuze, quando estes pensadores tecem indagações sobre a postura do 'Autor' em suas teorizações, Spivak nos aponta como as tentativas aparentemente benevolentes de 'intelectuais da subalternidade' acabam por calar sujeitos na tentativa de fazer com que estes falem através da voz do/a intelectual. A crítica da autora revela, dessa maneira, sobre os atos de silenciamento que intelectuais podem instaurar quando assumem a postura de que o simples fato de apontar subalternidades é capaz de transformar condições de opressão. Ainda mais que isso, a crítica de Spivak desvela os perigos envolvidos nas teorizações de intelectuais que não refletem sobre a responsabilidade institucional do crítico.

Para Spivak, uma possibilidade de se trabalhar na supressão da violência epistêmica que tem se configurado na tradição científica ocidental, que hierarquiza os envolvidos numa atividade de teorização – teórico/a e teorizado/a -, seria a de se problematizar os processos de representação do 'outro'. Visweswaran (1988) faz essa mesma proposição e sugere que uma crítica ao conceito e aos processos de representação do 'outro' pode ser uma importante ferramenta para que a etnografia se desvincule de suas relações por vezes de compactuação com o colonialismo.

De acordo com Spivak (2010), a representação tem tido um duplo sentido no Ocidente. O primeiro deles relaciona-se com a atitude de criarmos para e sobre o 'outro' uma imagem, imbuindo-o de caracteres

próprios e mais ou menos fixos que os constituem como sujeitos coerentes, inteiros e já totalmente compostos. Essa atitude repetidamente causou a desqualificação do 'outro' a partir de práticas de tipificação que culminaram em desqualificações. É o caso, por exemplo, das violências direcionadas aos povos nativos da América quando da chegada dos europeus a este continente. Uma representação de desumanidade legitimou práticas que conduziram ao extermínio de grandes contingentes de povos indígenas. Outra significação dada à ideia de representação no Ocidente é baseada na suposição de que alguns Sujeitos são autorizados a falar por 'outros' a partir de certas convenções e contratos sociais. A democracia ocidental moderna talvez seja o exemplo maior desse tipo de relação.

Estas duas posturas de representação são, conforme Spivak, amplamente utilizadas por intelectuais na contemporaneidade. A crítica da autora sugere, porém, que não seria possível abstermo-nos das representações sobre o 'outro'. A proposição da autora é a de que problematizemos essas representações, de forma a superarmos as representações que acabam por reproduzir práticas normativas, tipificadoras e instauradoras de núcleos rígidos de identidade que acabam por reificar e reiterar sujeitos e posições nas geometrias de poder. Para Spivak, a questão é, portanto, a de que como intelectuais devemos ter lucidez sobre os lugares de poder que ocupamos nas práticas de teorização, de maneira a não acabarmos por manter subalternidades e por tornar ainda mais intensas as violências epistêmicas que atuam na imposição do silêncio, invisibilização e inviabilização de sujeitos. Em suma, a proposta da autora é a de que tornemos problemática a existência de todos os sujeitos. Que nos ocupemos não apenas do sujeito subalterno ou dos abjetos que vivem em zonas inóspitas em nossos esforços de

reflexão. Enfim, que enxerguemos a nós próprios/as como sujeitos produtores e produzidos pelo 'outro' e, portanto, como sujeitos 'do' e 'de' conhecimento na mesma medida que os sujeitos com os quais estabelecemos relação em nossas pesquisas.

As reflexões de José de Souza Martins (1991) também nos fornecem importantes elementos para pensarmos sobre a relação que estabelecemos com os sujeitos com os quais nos encontramos em nossas pesquisas. Este autor sugere que tão importante quanto realizar uma sociologia do 'outro' para pensar a validade de nossas metodologias de pesquisa, é fazer uma sociologia do estranho e do estranhamento envolvida nas atividades investigativas.

Martins chama atenção para o fato de que exaustivas reflexões sobre a relação com o 'outro' já foram produzidas, ainda que essas problematizações não tenham nos feito avançar o suficiente para pensarmos densamente sobre os exercícios de alteridade em pesquisas. Outro aspecto da relação de alteridade foi, entretanto, como aponta o autor, pouquíssimo explorado. Trata-se do questionamento de como o elemento estrangeiro se comporta e é assimilado pelo 'nativo' durante atividades de pesquisa. Embora todos saibam que é extremamente problemática e delicada a chegada do pesquisador e da pesquisadora em campo, poucas produções se ocuparam especificamente da questão. A chegada de missionários, de agentes do Estado ou de pesquisadores é uma questão bastante evitada quando refletimos sobre os resultados das pesquisas. Podemos sugerir que esse tipo de reflexão acaba por ser desconsiderado porque ainda não temos tranquilidade para emprendermos densamente questionamentos sobre aquelas transparências, de que fala Spivak (2010), que buscamos fazer perpetuar. Muito provavelmente por receio de que partes dos

interesses que movem as pesquisas sejam revelados, talvez prefiramos admitir que somente o 'outro' tem problemas com a alteridade. Que somente ele tem dificuldades em nos assimilar e que apenas este 'outro' possui sistemas de classificação moldados por posições retrógradas, preconceituosas e antimodernas.

Essa reflexão de Martins (1991) abre-nos brecha para inserir mais um ponto relevante nas indagações sobre a relação estabelecida com o 'outro' durante a pesquisa. É recorrente a necessidade de fazermos acreditar que nossas pesquisas sempre falam sobre sujeitos ou objetos alheios a nós pesquisadores e pesquisadoras. O tom de distanciamento por vezes parece revelar que somos sempre alienígenas chegados a um mundo totalmente estranho. Obviamente não faz sentido desconsiderar todo o avanço das metodologias em ciências sociais e humanas que nos permitiram que possamos estranhar aquilo que parece familiar, imutável e já findado como processo social e histórico. Entretanto, também não faz sentido que consideremos que as fronteiras que separam em atividades de pesquisa o nós e os outros, o eu e o não-eu, sejam demarcados por limites rígidos.

Martins, nesse sentido de proposições, revela apropriadamente sobre a antropofagia que marca os povos latino-americanos. Para o autor, o canibalismo, ritual comum aos povos indígenas da América quando da chegada dos colonizadores, foi por muitas vezes pouco entendido pelo europeu. Estes não foram capazes de compreender que o ato antropofágico era um modo de reconhecer a humanidade do inimigo por parte dos indígenas, a partir da apropriação simbólica, num ato ritual, de se nutrir da força e da humanidade do 'outro' a partir da ingestão de sua carne. O colonizador, destituído da capacidade de assimilação do estrangeiro, não foi capaz de estabelecer paralelos entre a

prática dos povos americanos com seu próprio ato de se alimentar do corpo e do sangue de seu Deus, Jesus Cristo. Essa tradição cultural antropofágica acabou, como ressalta Martins, por se perpetuar para os povos resultantes do encontro violento entre europeus, índios e negro-africanos. Os povos latino-americanos são herdeiros desse ato ritual antropofágico que os fazem prisioneiros de sua própria violência. Resultados do encontro e confronto de povos, somos, latino-americanos, portadores de uma problemática constituição, como revela Martins:

Vivemos a duplicidade, a duplicidade do nós e do outro, somos prisioneiros desta dupla identidade; não podemos destruir o outro que temos imersos dentro de nós sem nos destruímos. Somos nós e somos nossos inimigos ao mesmo tempo. Esta é a nossa tragédia permanente, esta é a violência maior que nos trouxeram os conquistadores e que nos trazem ainda (MARTINS, 1991, p. 21).

Essa complexa constituição do sujeito latino-americano, baseada no sentido antropofágico que nos faz vítimas ao mesmo tempo em que agentes das realidades na quais nos situamos, pode ser a base para compreensão de uma grave e recorrente prática do/a intelectual brasileiro/a. Repetidas vezes acabamos, como autores/as de pesquisas sobre a condição de sujeitos subalternos no Brasil, por nos travestir de 'outros' quando em grande parte das vezes somos os 'mesmos'. Retornando a crítica efetuada por Spivak (2010) sobre a condição do autor transparente, podemos fazer a seguinte indagação: não seria a situação de assepsia autoral efetuada por nós brasileiros/as ainda mais problemática do que as empreendidas por pensadores europeus

como Foucault e Deleuze? Estes, por vezes, se fazem ausentes de seus textos ou se resguardam de algumas questões justificando que não se posicionam em suas pesquisas porque simplesmente não são implicados – entenda-se vítimas – nas questões sobre as quais teorizam. Alguns e algumas de nós, latino-americanos, buscando nos parecer com figuras da intelectualidade europeia, nos abstemos de nos posicionar inclusive escrevendo sobre processos dos quais somos ao mesmo tempo agentes e vítimas.

Vale assinalar, portanto, que a situação de alteridade numa pesquisa da natureza da que desenvolvi é ainda mais delicada que a de outras investigações. Os encontros que nela existem e que registrei no texto dissertativo não se estabeleceram somente entre sistemas de valores estanques, como se um desses sistemas fosse existente em mim e outro nos sujeitos da pesquisa. Eles coexistem tanto em mim quanto nos sujeitos da pesquisa. Não consegui, nem pretendi, alcançar a assepsia de não ser tocado pelos mesmos sistemas de valores do senso comum ou do pensamento religioso e espiritualista que constituem os congadeiros e congadeiras. Da mesma maneira, o pensamento científico e as lógicas de uma sociedade técnica e informacional também não estão ausentes dos sistemas de valores dos sujeitos da minha pesquisa. O que se constituiu entre mim – repito, de alguma forma representante de uma sociedade científica – e os congadeiros – em alguma medida representantes da cultura popular – não foram, portanto, limites que nos separaram, mas fronteiras que ao mesmo tempo em que nos distanciavam nos faziam entrar em contato, choques e encontros. É necessário ratificar mais uma vez, pois, que a pesquisa que desenvolvi não buscou compreender um sistema de valores alheio ao meu e dos meus pares. A pesquisa tratou, antes, de uma reflexão sobre outro sistema de valores que foi problematizado a partir de um

encontro provocado entre cosmologias que se interceptaram e se interpenetraram. Dessa forma, escrever sobre o 'outro' em minha dissertação foi escrever também sobre mim e sobre aqueles que puderam se tornar leitores dos códigos que registrei.

Realizada esta problematização a respeito da atividade de encontro e de alteridade envolvida no processo da pesquisa, torna-se necessário refletir mais profundamente o que significa produzir conhecimentos e discursos sobre o 'outro'. É imperativo problematizar também sobre as maneiras de se representar o 'outro' de forma a não acabar por estigmatizá-lo segundo pressupostos que criem silenciamentos e tipificações infundadas ou normativas sobre 'ele'.

O que está no cerne do exercício de estabelecer escritas sobre o 'outro' é a tentativa de criar sistemas explicativos que possam tornar compreensíveis às 'experiências' desse 'outro'. No caso mais específico da Geografia, o exercício se localiza na tentativa de compreender como o 'outro' apreende, qualifica, concebe e constrói os espaços de que é parte integrante. Em suma, parte significativa do exercício científico da geografia baseia-se no esforço de compreender as composições espaciais e as formas como os sujeitos 'experenciam' os espaços. A ideia de 'experiência' constitui-se, entretanto, numa noção problemática. Inúmeros autores e autoras reclamam a necessidade de uma crítica teórica a esta ideia, sobretudo quando a utilizamos como 'um' ou 'o' instrumento instaurador dos sujeitos sociais. Quando refletimos sobre a 'escrita do outro' se torna fundamental, pois, a realização de indagações sobre a noção de 'experiência'.

James Clifford (2008[1994]) ressalta que exatamente porque é difícil pensar a 'experiência', acabamos por problematizar pouco o seu significado. Em função disso, comumente preferimos aceitá-la como uma

entidade que investe o sujeito de autoridade. Admitimos como incontestável a fala baseada na 'experiência'. Grande parte da etnografia, inclusive, baseia-se nesta autoridade que a 'experiência' possibilita. Como questionar um dado experienciado por um pesquisador ou pesquisadora quando este observou os grupos que estuda in loco? Mais ainda, como questionar a autoridade de um sujeito ao falar de si próprio ou de sua subjetividade?

A partir desses questionamentos é necessário que eu explicito a perspectiva de 'experiência' que adotei em minha investigação. Concebo, em concordância com Scott (1999), que a 'experiência', como conceito teórico, não é o conteúdo que autoriza que falemos sobre uma dada realidade ou sobre certos sujeitos, na máxima de que sou autorizado a teorizar porque eu 'estive lá'. Tampouco adoto a concepção de que sejamos capazes de identificar seguramente a 'experiência do outro' que pesquisamos, tornando-nos capazes de descrever qual é essa 'experiência' que o 'outro' detém e, portanto, qual é o núcleo fixo e rígido que compõe sua identidade. Penso a 'experiência', contrariamente, a partir da contribuição de Scott, como o conteúdo daquilo que necessitamos problematizar e não como o conteúdo daquilo que nos autoriza a falar sobre algo.

De acordo com Scott (1999), a História, como disciplina científica, vem já há algumas décadas problematizando como a reflexão sobre a escrita é necessária para ressignificação das maneiras de se produzir conhecimento. Buscando flexibilizar sua ortodoxia, historiadores e historiadoras têm vislumbrado nas subversões permitidas pelo texto a possibilidade de romper com uma história do dominante e de colocar em 'evidência' uma série de sujeitos negligenciados pela ciência racional moderna. A partir da denúncia dos silêncios da História sobre diversos sujeitos, tais como

mulheres, gays, lésbicas, negros e indígenas, alguns/mas acadêmicos/as passaram a se vangloriar do fato de que estavam dando voz a grupos excluídos, a partir de uma 'escrita da diferença', tornando estes sujeitos visíveis. Uma verdadeira revolução para a ciência: “o que poderia ser mais verdadeiro, afinal, do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela vivenciou?” (SCOTT, 1999, p. 25) – sejam os sujeitos informantes ou o/a historiador/a observante.

É neste ponto que a autora propõe alguns questionamentos: o fato de tornar 'experiências' visíveis é suficiente para gerar ações políticas? Que autoridade tem a 'experiência' como princípio de produção do conhecimento? A maior contribuição do texto de Scott está, talvez, na sugestão de caminhos para se pensar respostas para essas perguntas. De acordo com a autora, nossos enganos em associar diretamente a noção de 'experiência' com a de produção do conhecimento localizam-se no fato de concebermos a 'experiência' como origem da explicação, como evidência autorizada (porque vista e sentida) que fundamenta o conhecimento. Ao invés disso, a autora sugere que a 'experiência' seja compreendida não como o ponto de partida para produção do conhecimento, mas como o conteúdo daquilo que buscamos 'explicar'. Dessa maneira, tornar visíveis experiências através da escrita da diferença não seria o bastante, pois evidenciar a existência da subjugação, da dominação ou da invisibilização não seria suficiente para trabalhar na mudança de práticas normativas e de mecanismos repressores, nem para revelar os conteúdos, lógicas e funcionamentos que elegem certos elementos da realidade como visíveis e evidenciados.

Dessa maneira, somente a compreensão processual e relacional de eventos tem validade; um retrato da realidade por si só não possui razão de ser. Mesmo porque um

grande perigo decorre daí. Ao nos propormos a evidenciar experiências corremos o risco de cristalizar identidades e categorizar redutivamente a produção de experiências. Como aponta Scott, o que tem feito grande parte daqueles que buscam tornar experiências visíveis é tipificar indivíduos e classes de sujeitos. Grande parte dos/das cientistas ao invés de problematizar a ideia de posicionamento de sujeitos (através da articulação de identidades diversas), tem criado a ideia de experiências universais, imaginando que o fato de falar de mulheres, gays ou negros, resolve o problema de dar voz à multiplicidade.

A partir da compreensão permitida sobre a 'experiência' por Scott, devo apontar que minha tentativa de buscar escrever sobre o 'outro' na pesquisa que realizei partiu mais de uma tentativa de questionar e desestabilizar subjetividades e identidades, do que de um esforço de atestar a existência de indivíduos portadores de identidades rigidamente constituídas e cientificamente constatáveis. Com isso, busquei me opor às práticas de essencialização que são configuradas a partir das tentativas do apontamento das identidades cristalizadas, vistas como a-históricas. Meu esforço foi, pois, seguindo as proposições de Scott, o de buscar compreender o funcionamento da cultura mais do que tomá-la como um retrato a ser tornado visível. Busquei ainda, como já assinalado, escrever a história (e a geografia) do 'outro' através de uma perspectiva que transpassasse as práticas normativas que buscam a partir de ideias pressupostas criar estereotipizações e representações que causem exclusão, negação e abjeções das práticas que os sujeitos podem assumir, mas que por limitações do sistema social racializado e generificado que nos constitui ainda não podemos perceber, assimilar e tornar possíveis.

Estabelecer uma escrita do 'outro'

significou, pois, uma tentativa de crítica à 'experiência' desse 'outro'. Como apropriadamente ressaltam Ong (1988) e Visweswaran (1988), o que está envolvido nesse exercício feminista de crítica à 'experiência' do sujeito é mais uma tentativa de destruir do que confirmar a 'experiência' como conteúdo fixador de identidades e representações normatizadoras. Foi pautado nestes princípios críticos e reflexivos que busquei proceder no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas de campo - concebidos por mim como viagens tanto em termos teóricos quanto metodológicos - fundamentados por pressupostos críticos, reflexivos e, de alguma maneira, alternativos ao saber científico hegemônico.

Chegadas para novas partidas

Neste ensaio procurei discutir as possibilidades de adoção da viagem como um parâmetro teórico-metodológico para construção de pesquisas que se guiam por caminhos dialógicos e que concebem o conhecimento acadêmico como relacional e posicionado. Neste sentido, compreendo que os debates teórico-metodológicos da Geografia em torno dos enfoques qualitativos, interpretativos e participativos ainda carecem de amadurecimento. Mesmo nos ramos dessa ciência que trazem propostas mais arrojadas de rearranjo das possibilidades de produzir conhecimento sobre o 'outro' e teorias que reclamam a necessidade de uma maior proximidade entre pesquisador/a e sujeitos, caso da Geografia Cultural, este debate ainda se encontra incipiente, ao menos no Brasil. O que a produção já realizada neste subcampo da ciência geográfica atesta é que a justificação da necessidade de estudo da dimensão cultural do espaço tem despertado maior atenção de geógrafos e geógrafas do que a problematização das maneiras em que é possível abordar como o 'outro' constrói suas

experiências de lugar e como compreende e interpreta suas espacialidades. Chamo atenção, pois, para a necessária reflexão das maneiras de se produzir informação para abordar as construções espaço-culturais dos diversos agrupamentos e sujeitos sociais.

As críticas feministas parecem se constituir nas mais propositivas elaborações metodológicas para abertura de espaços e direções de pesquisa na Geografia, seja na inovação de temáticas ou no refinamento de instrumentais analíticos. Já não são raras as proposições engajadas, ao menos em língua inglesa, problematizando sobre como na investigação geográfica as questões de reflexão da experiência do/a pesquisador/a se tornam dados balizadores dos resultados de pesquisa⁷. Como avalia Janice Monk, em entrevista a Joseli Maria Silva (2010a), os debates em torno da subjetividade, reflexividade e posicionalidade têm sido uma das principais contribuições fornecidas pelos estudos feministas à Geografia Humana e isto não apenas nos trabalhos em que gênero é o objeto da investigação. Lawrence Knopp, em entrevista a Silva e Vieira (2011), faz eco às considerações de Monk. Para o autor, as perspectivas críticas não apenas dos feminismos, mas também da teoria *queer* e da teoria racial crítica, têm trazido profundo impacto à ciência geográfica, ao alargar, reconfigurar e reinterpretar as abordagens e interesses dominantes das epistemologias e ontologias em Geografia. O autor ressalta, porém, que ainda é prematuro se avaliar que os descentramentos trazidos pelas Geografias Feministas e *Queer* são realmente significativos e sustentáveis a ponto de reorientar a produção do conhecimento geográfico, posição também sustentada por David Bell em entrevista a Silva e Vieira (2010)⁸. É neste sentido que concebo que argumentações como as que sustento aqui, não obstante às reflexões já realizadas sobre a posicionalidade e a reflexividade em relação

à pesquisa geográfica, necessitam continuar a ser elaboradas, sobretudo pela Geografia brasileira que, como aponta Silva (2010b), não tem alçado grandes voos de imaginação na consideração do gênero, dos feminismos e das sexualidades como campos de reflexão geográfica. Poucos são os trabalhos como os desta autora que em língua portuguesa debatem abertamente as questões de situacionalidade e posicionalidade.⁹

Nesta perspectiva, defendo que as posturas ingenuamente empiristas de pesquisa que por vezes realizamos deveriam dar lugar a uma posição que tenha por parâmetro um caráter dialógico. Ao invés da simples observação, as pesquisas em Geografia podem se basear numa atitude comunicativa, que compreenda os sujeitos investigados não como meros objetos de pesquisa, mas como sujeitos sociais que participam de dinâmicas com as quais nós, pesquisadores e pesquisadoras, estamos cotidianamente envolvidos. Dito de outro modo, trata-se de assumir uma postura de estabelecer relações com os sujeitos pesquisados encarando-os como agentes pensantes, ricos em experiências de vida e portadores de complexos sistemas simbólicos de organização de espacialidades. Assim pensada, aquilo que chamamos de pesquisa de campo, como discute De David (2002), deveria se basear na compreensão de que o objeto de investigação não é somente o campo em que se colhem informações, em entender que o 'outro' pode ter concepções de espaço e tempo bastante conflitantes com as nossas e que, em função disso, nossas posturas ideológicas e filosóficas estarão, quando da pesquisa de campo, em constante questionamento, de modo que nosso esforço deve ser o de trabalhar nossa alteridade aceitando que enquanto pesquisadores e pesquisadoras somos também sujeitos parciais e, muitas vezes, tendenciosos. Forjar formas objetivas de conhecimento não passa, nesse caso, por tentarmos nos distanciar do

'outro' de forma a transformá-lo em mero objeto - ignorante e passivo - de nossas leituras científicas, mas em entendê-lo como sujeito do mesmo mundo de que fazemos parte.

Na criatividade metodológica podem estar contidas as pistas mais ricas e provocantes para nos aproximarmos de formas mais interessantes de representação e escrita do 'outro'. Neste sentido, Cássio Hissa (2006) chama atenção para como a liberdade de uso das metodologias de pesquisa, a partir do aprimoramento e adequação às especificidades da Geografia de instrumentos utilizados em outros campos do saber, poderia atuar na construção de parâmetros investigativos que renovam nossa análise. Isto pode ser efetuado, de acordo com o autor, a partir da flexibilização e dos diálogos possíveis entre as diferentes ciências e saberes sociais, resultando em ganhos de criatividade e permitindo uma avaliação mais crítica das dinâmicas que se interagem no processo de produção das espacialidades humanas.

Admitir a possibilidade de maleabilidade e, sobretudo, desejar a elasticidade dos modelos e das metodologias é perceber que os mesmos vão se transformando em outros. E, assim, já se constata uma grande variedade de modelos e de metodologias que se sobrepõem, que se substituem e que se interpenetram.

[...] No que se refere às metodologias de pesquisa, cabe ressaltar: cada pesquisa demanda um projeto que lhe corresponda. As genéricas metodologias de pesquisa (modelos flexíveis), nesse sentido, são apenas pontos de partida. As temáticas de pesquisa, no futuro

desenvolvimento das interpretações, lhes concederão significado específico (HISSA, 2006, p. 164).

Dessa maneira, a pesquisa que desenvolvi foi conduzida a partir da utilização da noção de viagem associada a técnicas de pesquisa tradicionalmente elaboradas no seio de outras ciências humanas e sociais, caso da etnografia e dos estudos comparados, que têm suas principais formulações teóricas fomentadas pela Antropologia. A investigação lançou mão ainda das técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo, ferramenta desenvolvida inicialmente por organizações não governamentais (ONGs) para análises do espaço rural e que tem sido contemporaneamente utilizada e problematizada por áreas do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, a Administração Pública e o Planejamento Urbano. Esses diversos instrumentais metodológicos foram ressignificados a partir da reflexão que realizei sobre a noção de viagem como parâmetro de orientação teórico-metodológica, permitindo que eu reelaborasse os referidos instrumentais, realizando uma interpretação etnogeográfica dos grupos de Congado com os quais entrei em contato a partir de uma análise comparativa da produção de lugares e corporeidades festivas. A adoção de instrumentais como a etnogeografia elaborada a partir da observação participante, do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e dos estudos comparados, permitiu, pois, que eu me valesse de metodologias alternativas a um modelo hegemônico de ciência, avançando sobre as metodologias objetivistas e racionalistas e me aproximando de vieses metodológicos que procuram se insurgir na teoria social como contra-projetos aos modelos totalitários da ciência moderna.

A ideia de viagem me possibilitou, pois, encarar minha atividade de pesquisa como

uma experiência de encontro transformador. Isso permitiu que durante toda a confecção da dissertação eu estivesse atento para a necessidade de realizar análises desconstrutivistas da realidade, de maneira a não ser seduzido por respostas feitas apressadamente ou por reproduzir noções pré-concebidas sobre as dinâmicas dos grupos culturais com os quais entrei em contato. Seguindo essa orientação pude realizar, de maneira qualificada, o exercício de me 'perder' pelos contextos em que imergi. Constituindo-me como viajante-pesquisador pude adotar junto aos sujeitos com os quais entrei em contato determinadas posturas de posicionamento e situacionalidade, aventurando-me por interpretações culturais que me permitiram dimensionar os tensionamentos estabelecidos na relação entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados. Este dimensionamento foi fundamental para que eu pudesse em todos os momentos da investigação criar e avaliar estratégias de análise que não criassem, no encontro estabelecido pela pesquisa, desigualdades e submissões nas posições discursivas para estes diferentes sujeitos (o 'eu' e o 'outro').

Ademais, avalio que a noção de viagem em minha pesquisa contribuiu profundamente na minha formação como pesquisador. O compromisso com a ética e a necessidade dos constantes questionamentos de minhas responsabilidades institucionais, como pesquisador e crítico, foram ações às quais o uso da viagem indubitavelmente me conduziu. Da mesma maneira, ao utilizar desta noção pude agir mais criativamente nas reflexões em torno dos objetivos da pesquisa e na articulação dos referenciais teóricos. Neste sentido, encarei a viagem de uma maneira semelhante ao entendimento que José Renato e Milton Nascimento possuem sobre o ato de viajar na canção *Anima*. A viagem é uma busca pela nossa lapidação,

uma possibilidade de recriação de ideias e de transformação de perspectivas, enfim, uma das mais liminares possibilidades humanas do 'ir mais' e do 'atravessar fronteiras'. Por tudo isso exalto neste ensaio a experiência proporcionada pela viagem de nos permitir enxergar o mundo de um certo ponto, de nos conduzir aos diversos centros da Terra sem a necessidade de carregarmos a pretensão de ocupar as posições nucleares dentro das relações, permitindo assim que o encontro com o 'outro' seja uma possibilidade também na ciência.

¹ Compreendo o pós-colonialismo como um conjunto de reflexões e teorias que visam examinar as consequências do processo colonial sobre os povos que a sofreram. Nesse exame, tais teorias ganham o poder de crítica, lançando bases para que uma série de processos contemporâneos ainda baseados em lógicas de sujeição instauradas pelo colonialismo seja rompida. O sujeito pós-colonial constitui-se, neste sentido, naquele sujeito que busca forjar formas de superação dos lugares sociais subalternos de classe, gênero e etnia/raça a que foi imposto e que acaba impondo a outros sujeitos. A respeito dessa questão Homi Bhabha (1998, p. 239) aponta também que “as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos”.

² O panóptico a que me refiro é baseado na reflexão de Foucault (1998[1975]) sobre

essa estrutura arquitetônica de poder que permite a vigilância e a punição de sujeitos por um olhar centrado e onipresente que reduz a um ponto único o poder de observação. A eficácia desse tipo de poder “geopolítico” está em fazer com que determinados sujeitos estejam sempre na situação de vigiados, enquanto outro grupo restrito goza do privilégio de lançar um olhar legitimado que hierarquiza os demais. A respeito do panóptico, Foucault (1998[1975], p. 166) salienta que sua implicação mais relevante é a de “fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se descontinua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse quadro arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são portadores”. A partir desses aspectos, descritos pelo autor como próprios do poder baseado no panóptico, torna-se fácil associar o tipo de olhar colonial com esta lógica de um olhar centralizador, que nega as possibilidades de que todos os sujeitos sejam considerados como portadores de um olhar relevante e legitimado sobre a realidade.

³ A pesquisa analisou a constituição de corporeidades em festejos de dois Grupos do Congado mineiro – São Benedito (Minas Novas) e São José do Triunfo (Viçosa). A partir de uma perspectiva do drama social, a investigação realizou uma interpretação etnogeográfica de festas de coroação de reis negros, espaços de construção de identidades positivas para sujeitos afro-brasileiros, que através de corporeidades festivas constituem ações de ficção política e heterotopias envolvidas em contra-projetos de insurgência, que atuam como movimentos antiestruturais e de reversão simbólica. Na pesquisa, gênero e negritude foram adotados como marcadores

socioespaciais da diferença e como categorias que balizaram as conexões teóricas nela estabelecidas. A interpretação geral da investigação foi a de que processos normativos fazem com que corpos, através de suas marcações étnico-raciais e de gênero, se constituam como qualificadores do espaço geográfico a partir da formulação de lugares festivos. Cf. SOUSA, P. P. A. de. *Corpos em Drama, Lugares em Trama: gênero, negritude e ficção política nos Congados de São Benedito (Minas Novas) e de São José do Triunfo (Viçosa) – MG*. 300f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

⁴ Refiro-me aqui a viajantes e exploradores europeus que em missões científicas, religiosas ou literárias percorreram durante os séculos XVIII e XIX partes do planeta como a América, a África e a Ásia e confeccionaram em seus relatos versões eurocentradas sobre as vidas dos povos que habitavam e produziam esses espaços. Para citar alguns poucos nomes de viajantes e exploradores que percorreram terras brasileiras, podemos apontar as figuras de Auguste de Saint-Hilaire, Johann Baptiste von Spix e Karl Friedrich P. von Martius.

⁵ Com esta ideia não pretendo sugerir que o que designa a escrita de mulheres é o tom de emocionalidade e paixão. Com a exposição da presente argumentação, busco apontar como houve uma desvalorização dentro da ciência moderna ocidental daqueles elementos que a racionalidade masculina cartesiana, a partir de práticas reiterativas, quis qualificar como sendo naturais e essenciais do sexo feminino. A prática de desvalorização da escrita feminina na ciência moderna atua conjuntamente, dessa maneira, buscando destituir de valor tanto os caracteres 'naturais' que constituem

biologicamente as representantes fêmeas da humanidade, quanto àqueles elementos sociais e simbólicos que lhe seriam próprios, geralmente aqueles associados à emocionalidade em detrimento da racionalidade, característica reservada ao homem, geralmente branco.

⁶ “Predicaments of theory often presented themselves as issues of location, with the term “location” implying spatio-temporal, political, and epistemological determinants”. (EDITORIAL COMMITTEE “INSCRIPTIONS”, 1989, p. VI).

⁷ Os artigos que compõem a coletânea *Feminist geography in practice: research and methods* organizada por Moss (2002) se constituem em exemplos significativos de como a perspectiva feminista em geografia pode impactar na concepção de pesquisa científica nessa disciplina, seja sem seus aspectos mais convencionais – como a questão das coletas de dados, análise e circulação de informações – ou em indagações em torno da investigação acadêmica que mais contemporaneamente tem emergido – caso da reflexão das desigualdades de poder configuradas entre pesquisador/a e pesquisado/a e de instauração de polivocalidade e coautoria nas narrativas científicas.

⁸ A respeito da questão David Bell sugere o seguinte: “Eu duvido que tenha havido muitas contribuições para a ciência geográfica como um todo [por parte da Geografia Queer]! A maior parte da geografia permanece resolutamente não afetada pelo ‘queer’. [...] O coração da ciência geográfica tradicional continua a ser praticamente imune, apesar de algumas pessoas estarem tentando [...]” (SILVA; VIEIRA, 2010, p. 323).

⁹ Na geografia brasileira, onde a

reflexão sobre a situacionalidade na pesquisa ainda é mais tímida, o trabalho de Silva (2010b), que apresenta uma experiência pessoal desenvolvida em campo durante uma investigação de pós-doutorado em que a pesquisadora lança mão de estratégias de posicionalidade e reflexividade, pode ser considerado seminal para a área.

Referências

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Literatura de explorações e aventuras: as "viagens extraordinárias" de Júlio Verne. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 107-119, 2008.
- ANDRADE, Carlos Drummond. O Homem; as viagens. In: _____. **Carlos Drummond de Andrade**: Poesia e Prosa. Rio de Janeiro: Aguilar, 1992. p. 382-383.
- AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 01, p. 175-188, jan./abr. 2010.
- BHABHA, Homi K. O pós-colonial e o pós-moderno. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. 6 ed. Porto Alegre: Globo, 1986[1949].
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001[1993], p. 151-172.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2008[1994]. p. 17-58
- _____. Culturas viajantes. In: ARANTES, Antônio A. (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 51-79.
- _____. Notes on travel and theory. **Inscriptions**, v. 5, p. 177-178, 1989.
- DE DAVID, César. Trabalho de campo: limites e contribuições para a pesquisa geográfica. **Geouerj**, Rio de Janeiro, n. 11, p.19-24, jan./jul. 2002.
- EDITORIAL COMMITTEE. Preface. **Inscriptions**, v. 5, p. V-VII, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1998[1975].
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 03, p. 857-864, set./nov. 2008.
- _____. Paris está em chamas? In: _____. **Black Looks: race and representation**. Boston: South End Press, 1992. [Tradução livre de Sandra Maria da Mata Azerêdo, p. 1-13].
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura, um conceito antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1955.
- MARTINS, José de Souza. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINH-HA, Trinh. Not You/ Like You. Post-colonial women and the intelocking questions of identity and difference. **Inscriptions**, v. 3-4, p. 71-77, 1988.

MOSS, Pamela (ed.). **Feminist geography in practice: research and methods**. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

ONG, Aihwa. Colonialism and Modernity: Feminist re-presentation of women in non-Western Societies. **Inscriptions**, v. 3-4, p. 79-93, 1988.

SAHLINS, Marshall. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em vias de extinção. Parte I. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 41-73, 1997b.

SAHLINS, Marshall. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em vias de extinção. Parte II. **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 103-150, 1997a.

SCHWARZ, Lilia Mortiz. Viajantes em meio ao império das festas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec/Edusp/FAPESP, 2001, p. 604-619.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione da. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, Joseli Maria. Não Excluam Metade da Humanidade da Geografia Humana: entrevista com Janice Monk. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, n. 1, p. 148-152, jan./jul. 2010a.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço**

e Cultura, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, jan./jul. 2010b.

SILVA, Joseli Maria; VIEIRA, Paulo Jorge. Uma Jornada Queer para uma Geografia Queer: Entrevista com Lawrence Knopp. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n.1, p. 141-145, jan./jul. 2011.

_____. “Fucking” Geografia: entrevista com David Bell. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 1, p. 318-325, ago./set. 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

VERNE, Julio. **Viagem ao Centro da Terra**. São Paulo: Ática, 1994[1864].

VISWESWARAN, Kamala. Defining feminist ethnography. **Inscriptions**, v. 3-4, p. 27-44, 1988.

Filmografia

LIVINGSTON, Jennie. **Paris is burning**. Los Angeles: Off White Productions, 1992.

TENDLER, Silvio. **Encontro com Milton Santos ou: O mundo global visto do lado de cá**. Rio de Janeiro: Caliban, 2006, 87 min.

Recebido em 11 de setembro de 2012.
Aceito em 25 de outubro de 2013.